



EDIÇÃO ESPECIAL

POR UM NOVO CAMINHO PARA O MERCOSUL

Por Luiz Augusto de Castro Neves

Luiz Augusto de Castro Neves é Embaixador e Vice-presidente Emérito do CEBRI

Por um novo caminho para o Mercosul

Como está, o Mercosul não pode continuar. Progressivamente disfuncional, não atende mais os interesses de qualquer dos parceiros. Mudanças perfunctórias, como as tentadas no passado, servem apenas para sustentar as aparências de que estamos fazendo progressos no processo de integração. Infelizmente, não estamos fazendo progressos.

Três experiências podem servir para sinalizar o caminho a ser seguido se quisermos realmente progredir na direção de uma integração regional aberta e competitiva. A primeira dessas experiências data dos anos 80, mais precisamente da criação do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). A segunda é o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte, reunindo EUA, Canadá e México). E a terceira, a iminente e traumática separação da Grã-Bretanha da União Europeia. As três podem encerrar algumas lições importantes para nós.

A “Ata para a Integração Brasil-Argentina”, que criou o PICE, baseava-se em quatro princípios: o da flexibilidade, para permitir ajustamentos na velocidade e nos objetivos da integração entre os dois países; o do gradualismo, para avançar em etapas; o da simetria, para harmonizar as políticas específicas que interferem na competitividade setorial; e o do equilíbrio dinâmico, para propiciar uma integração setorial uniforme, sem acentuar eventuais desequilíbrios entre as partes.

Em 1988, os dois países assinam o “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”, que tinha o objetivo de fixar uma área de livre comércio em um prazo de dez anos. Na oportunidade, foram assinados 24 Protocolos sobre diversos temas, tais como bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, indústria automotriz, cooperação nuclear e transporte marítimo e terrestre. Graças a essa arquitetura institucional, o comércio bilateral avançou de maneira expressiva, criando o interesse do Paraguai e do Uruguai a aderir ao tratado entre Brasil e Argentina, o que levou posteriormente ao Tratado de Assunção, de 1991, criando o Mercosul.

Os problemas posteriores à criação do Mercosul são conhecidos, com destaque para as perfurações à tarifa externa comum e a falta de harmonização das políticas macroeconômicas entre os países membros. Goste-se ou não, estávamos na melhor das hipóteses mais como uma zona de livre comércio do que como uma ambiciosa união aduaneira e no arremedo de um mercado comum, que jamais alcançamos. Na verdade, continuava a prevalecer nos principais sócios do Mercosul a mentalidade protecionista tradicional.

O NAFTA, com objetivos mais modestos, já que nunca pretendeu ir além de uma zona de livre comércio, criou também um significativo comércio entre os três

O conteúdo deste artigo é de única e exclusiva responsabilidade de seu autor e não representa a opinião do CEBRI.

CEBRI: O *think tank* de relações internacionais do Brasil desde 1998.

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais é pautado pela excelência, ética e transparência na formulação e disseminação de conteúdo de alta qualidade sobre o cenário internacional e o papel do Brasil. Engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil em um debate plural, o CEBRI influencia a construção da agenda internacional do país e subsidia a formulação de políticas públicas, gerando ações de impacto e visão prospectiva.

parceiros, permanecendo cada um deles com os graus de liberdade necessários para implementar as políticas econômicas internas que melhor conviessem a seus interesses. Não é por outra razão que os Estados Unidos firmaram acordos de livre comércio com diversos outros países no continente americano e em outras partes do mundo, sem os problemas que enfrentamos no Mercosul.

Por fim, a experiência traumática que deverá levar à saída da Grã-Bretanha da União Europeia ilustra os riscos de acumular problemas sem solução que, passado algum tempo, explodem em descontentamento. É muito provável que, assentada a poeira dos ressentimentos de parte a parte, o bom senso—essa característica tão britânica—prevaleça e um acordo de livre comércio entre a ilha e o continente seja negociado. Facilitaria essa negociação a eliminação de problemas que decorrerão da saída britânica, como não fazer o país parte da zona do euro e não ser signatário do acordo de Schengen.

Vislumbro a solução para o impasse do Mercosul no retorno ao conjunto de princípios da “Ata para a Integração Brasil-Argentina”, desta vez ampliado com a inclusão da cláusula de “reciprocidade”.

Como se superaria o impasse? O caminho natural consistiria, em primeiro lugar, manter o objetivo de integração regional, que constitui a espinha dorsal do Tratado de Assunção, sem cronograma definido para completar-se; em segundo lugar, reverter a área a uma zona de livre comércio com a suspensão temporária da tarifa externa comum, cuja existência já é na prática muito precária; em terceiro lugar, assumir o compromisso dos países membros de progressivamente harmonizar suas tarifas vis-à-vis de terceiros países, cada qual o fazendo na sua própria velocidade; cada passo nessa trajetória implicaria que, para qualquer concessão de um país membro a outro em matéria de barreiras ao comércio, seria previamente oferecida reciprocidade de tratamento.

Essa proposta não implica o fim do Mercosul como projeto de estabelecimento de um futuro mercado comum; apenas reconhece a necessidade de dar ao bloco a flexibilidade de ação para cada um dos países membros, o gradualismo na busca do resultado final da integração e a simetria de tratamento entre seus integrantes, tudo isso no rumo de um equilíbrio dinâmico possível.

Luiz Augusto de Castro Neves
Embaixador, Vice-presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais

O conteúdo deste artigo é de única e exclusiva responsabilidade de seu autor e não representa a opinião do CEBRI.

CEBRI: O *think tank* de relações internacionais do Brasil desde 1998.

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais é pautado pela excelência, ética e transparência na formulação e disseminação de conteúdo de alta qualidade sobre o cenário internacional e o papel do Brasil. Engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil em um debate plural, o CEBRI influencia a construção da agenda internacional do país e subsidia a formulação de políticas públicas, gerando ações de impacto e visão prospectiva.